

## **CONFERÊNCIAS PAN-AMERICANAS E O AVANÇO DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE ESTADOS UNIDOS E BRASIL (1933-1943)**

Thiago Carvalho Davin<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo propõe discutir o papel que as conferências pan-americanas tiveram na década de 1930, ou seja, no cenário de ascensão dos governos totalitários alemão e italiano, e como os Estados Unidos se posicionaram diante do alinhamento de países da América Latina com ambos os regimes europeus. Especificamente, será dado foco nos trâmites articulados entre os estadistas norte-americanos e o governo brasileiro, que, conjunturalmente, buscava ampliar seu potencial econômico e militar.

**Palavras-chave:** Conferências pan-americanas. Brasil. Estados Unidos da América (EUA). Entreguerras. Segunda Guerra Mundial.

Recebido em 06 de agosto de 2018 e aprovado para publicação em 10 de novembro de 2018

---

<sup>1</sup> Graduado no curso de História pela Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ). Correio eletrônico: thiagodavin@gmail.com

## Introdução

A crise econômica subsequente ao *crash* da bolsa de valores de 1929 afetou diversos países do mundo que mantinham relações comerciais com os Estados Unidos desde o fim da Primeira Guerra Mundial. A recuperação estadunidense exigiu uma aliança com mercados externos em expansão que poderiam oferecer matérias-primas e novos horizontes para investimentos<sup>2</sup>.

Ao longo da década de 1930, determinados Estados latino-americanos buscaram estender sua produção de insumos primários. Concomitantemente, as potências europeias adotaram práticas protecionistas e reforçaram seus objetivos imperialistas, fracassando na estruturação de um organismo de cooperação internacional, como a Liga das Nações<sup>3</sup>.

Norberto Ferreras interpreta que, os líderes políticos, alternando entre o reformismo conservador e o autoritarismo,

[...] tiveram de aprender a lidar com a questão social, fosse esta agrária ou urbana; tiveram de aceitar que as mudanças sociais eram irreversíveis; assim como os fenômenos do crescimento urbano e da migração do campo para as cidades; tiveram de compreender que a economia mudara, sem a certeza de quando se retomariam a quantidade e os tipos de fluxos de mercadorias prévios à crise de 1929; [...] tiveram de aprender a controlar e a administrar o Estado, que tinha crescido enormemente e podia ser de utilidade para manter a taxa de lucros dos exportadores por meio do controle das taxas alfandegárias e da manipulação nos tipos de câmbio<sup>4</sup>.

Para retirar o país da “depressão” e retomar seu crescimento, o democrata Franklin Roosevelt, ao derrotar o republicano Herbert Hoover nas eleições presidenciais de 1932, propôs um acordo com a população norte-americana<sup>5</sup>.

Intitulado pelos idealizadores de “*New Deal*”, chegou-se ao consenso de que o Estado “teria um papel central em todo o processo de recuperação econômica, dada a

---

<sup>2</sup> A partir de 1927, com o crescimento do mercado e a superprodução industrial do país, o governo estimulou a compra de ações sob uma reduzida margem de juros, formando-se uma bolha especulativa. De modo adverso, após 1928, houve uma grave estagnação do valor real da bolsa de valores de Nova York. Percebendo a desvalorização das ações de muitas empresas, irrompeu-se em outubro de 1929, uma correria de variados investidores, e parte da população acionista, para venda de seus capitais. O efeito socioeconômico consecutivo foi devastador, acarretando na quebra de empresas, corretoras e bancos, acrescido pelo rígido desemprego que atingiu grande parte dos trabalhadores. GALBRAITH, John Kenneth. **1929: a grande crise**. São Paulo: Larousse, 2010.

<sup>3</sup> MOURA, Gerson. **Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana**. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 13-14.

<sup>4</sup> FERRERAS, Norberto. *A sociedade de massas: os populismos*. In: AZEVEDO, Cecília e ROMINELLI, Ronald (Orgs.). **História das Américas**. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 215.

<sup>5</sup> Quando Roosevelt assumiu a presidência no início da década de 1930, o Produto Nacional Bruto (PNB) dos EUA reduziu-se a 44% em relação a 1929 e média de desempregados superou a faixa de 9,5 milhões de trabalhadores. Na instância das relações econômicas com a América Latina, houve uma queda drástica, cujo intercâmbio, que em 1929 chegou a U\$ 2.079.817.000, reduziu-se para U\$ 573.814.000 em 1932. SCHILLING, Voltaire. **EUA x América Latina: As etapas da dominação**. 3ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989, p. 35.

incapacidade do mercado de se autorregular em níveis adequados de emprego, produção e consumo”<sup>6</sup>.

Desta forma, por iniciativa de Roosevelt, os EUA passaram a manter um diálogo mais aberto e diplomático com as nações latino-americanas, a fim de obter apoio para fixar convênios e relações externas<sup>7</sup>. Segundo Francisco Ferraz, a nova postura ficou conhecida como “política de boa vizinhança” e teve como fundamento “o intercâmbio econômico, político e cultural entre os Estados Unidos e seus vizinhos latino-americanos, a defesa da autodeterminação dos povos” e a constituição de uma política hemisférica comum às Américas, pondo fim às intervenções armadas diretas<sup>8</sup>.

### **As conferências pan-americanas e disputas diplomáticas no entreguerras**

No contexto de emergência de governos totalitários europeus, foram organizadas três conferências pan-americanas com o propósito de assegurar o pacto de segurança continental. Para o governo dos Estados Unidos, as conferências seriam indispensáveis para a consulta periódica entre os países do continente quando surgissem desavenças ou ameaças externas<sup>9</sup>.

Sequencialmente, em 1933, transcorreu-se a VIIª Conferência Pan-americana na cidade de Montevideu, Uruguai<sup>10</sup>. Três anos depois, foi reunida a Conferência interamericana de Consolidação da Paz em Buenos Aires, Argentina e, em dezembro de 1938, realizou-se a VIIIª Conferência Internacional de Lima, capital peruana.

Durante a Conferência de Montevideu, os norte-americanos, abandonando a política do *big stick*, assinaram e firmaram, através de seu secretário de Estado, Cordell Hull, o Pacto de Não-intervenção e Inviolabilidade de Territórios, reconhecendo o

<sup>6</sup> LIMONCIC, Flavio. **Os inventores do New Deal: Estado e sindicatos no combate à Grande Depressão**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 21.

<sup>7</sup> SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. 3ª ed. Barueri, São Paulo: Manole, 2003, p. 7. Complementarmente, Gerson Moura e Voltaire Schilling mencionam que os governos latino-americanos, anos antes de Franklin Roosevelt subir ao poder, rompendo com o modelo bélico de resolução das hostilidades continentais, exigiram respeito à autodeterminação dos povos e ao princípio da não-intervenção. Entretanto, as administrações de Warren Harding, Calvin Coolidge e Herbert Hoover, entre 1920 e 1932, seguiram os procedimentos político-econômicos de Theodore Roosevelt (1901-1909) e Woodrow Wilson (1913-1921), que não hesitavam em utilizar fuzileiros quando julgassem necessário. MOURA, op. cit., p. 17 e SCHILLING, op. cit., p. 34.

<sup>8</sup> Ibid., p. 28-29.

<sup>9</sup> SCHILLING, op. cit., p. 36-37.

<sup>10</sup> Entre 1889 e 1930 foram realizadas seis Conferências Internacionais de Estados Americanos, sendo a primeira sediada em Washington D.C. (1889-1890); a segunda na Cidade do México (1901-1902); a terceira no Rio de Janeiro (1906); a quarta em Buenos Aires (1910); a quinta, após um intervalo de quase 13 anos, devido a Primeira Guerra Mundial, em Santiago de Chile (1923) e a sexta em Havana (1928).

princípio da não-ingerência externa nos assuntos internos estatais<sup>11</sup>.

A primeira assembleia intercontinental da década de 1930, perpassada em meio a uma crise cubana, foi importante para os estadunidenses pois, amadurecendo a “política de boa vizinhança”, assegurou o não envio de fuzileiros navais à ilha e, no ano seguinte, a revogação da Emenda Platt sobre Cuba<sup>12</sup>.

O governo brasileiro, diante das conversações, recorreu ao entendimento com os estadistas do continente<sup>13</sup>. Todavia, entre 1934 e 1939, Getúlio Vargas, aproximando-se comercialmente da Alemanha nazista, firmou projetos de cooperação econômica de larga escala.

Impelidos a estender suas transações financeiras com o governo varguista, os norte-americanos trataram de combater o comércio compensado alemão<sup>14</sup>. Por exemplo, orientados pelas diretrizes comerciais do Programa Hull, expostas em 12 de junho de 1934, foram acertados “tratados comerciais bilaterais, com base na concessão mútua e incondicional da cláusula da nação mais favorecida e das vantagens equitativas e recíprocas”<sup>15</sup>.

Politicamente, entre 1934 e meados de 1937, Vargas oficializou relações com aparatos nazifascistas, cuja maior expressão relevou-se no combate aos partidos e grupos comunistas e na dominação das companhias alemãs e italianas sobre as comunicações aéreas do país<sup>16</sup>. Além disso, houve uma ascendente influência corporativa da Ação Integralista Brasileira (AIB), atrelada aos embaixadores fascistas

<sup>11</sup> SCHILLING, op. cit., p. 36.

<sup>12</sup> MINELLA, Jorge Lucas Simões. **Pan-Americanismo no Brasil: uma abordagem conceitual a partir do Estado Novo**. 241 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em História, Florianópolis, SC, 2013, p. 116.

<sup>13</sup> O Brasil envolveu-se na mediação da Guerra do Chaco, deflagrada entre o Paraguai e a Bolívia, em 1932. Na busca por conciliação, determinados países americanos interviram e assinaram um acordo de paz em junho de 1935, contribuindo para pôr fim ao embate em julho de 1936. SEITENFUS, op. cit., p. 7.

<sup>14</sup> No âmbito da América Latina, a presença econômica alemã cresceu repentinamente graças ao comércio compensado. Calcada na troca de mercadorias, a permuta dispensava o câmbio de moedas, como a libra ou dólar, que eram escassas no continente americano e na própria Alemanha. MOURA, op. cit., p. 14.

<sup>15</sup> SEITENFUS, op. cit., p. 20. Em 02 de fevereiro de 1935 foi homologado o Acordo Comercial Brasil-EUA, no qual os norte-americanos propuseram a redução de direitos alfandegários que atingiam as exportações brasileiras e a redução das imposições aduaneiras para importação de seus produtos. MOURA, Gerson. **Relações Exteriores do Brasil (1939 – 1950): mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial**. Brasília: FUNAG, 2012, p. 53.

<sup>16</sup> SEITENFUS, op. cit., p. 61.

italianos, e das células germânicas, vinculadas ao *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* (NSDASP), no sul do país<sup>17</sup>.

Avesso a tal aproximação, os Estados Unidos, no decorrer da Conferência de Buenos Aires, de 1936, buscaram consolidar o pacifismo no hemisfério centro-sul da América. Ao institucionalizar as reuniões extraordinárias dos ministros das Relações Exteriores, ficou definido que as reuniões ministeriais ocorreriam diante da convocação “de um dos membros, a fim de estudar medidas de salvaguarda da paz continental”<sup>18</sup>.

Jorge Minella ressalta que, após a Conferência de Manutenção da Paz, o Subsecretário de Estado, Sumner Welles, ao passar pelo Rio de Janeiro, posicionou-se contra o acordo comercial do Brasil com a Alemanha, apresentando um argumento pragmático e outro de princípios.

Em termos práticos, o aumento do comércio com a Alemanha, utilizando marcos compensados, significava maior (e desleal, através de dumping) concorrência com produtos dos Estados Unidos. De fato, a Alemanha chegou a substituir os Estados Unidos como principal fonte de importações para o Brasil (...). Em termos de princípios, a posição do Departamento de Estado (o que não significa ser a posição de todos os poderes e agências do governo estadunidense) era de que somente a retomada, ainda que gradual, de um comércio livre, ajudaria a recuperação da economia mundial. [Nada obstante,] O governo brasileiro, pra quem o acordo de compensação era necessário, não cedeu, e só foi vencido pelas impossibilidades de trânsito atlântico causadas pela eclosão da guerra em setembro de 1939<sup>19</sup>.

Remodelando o plano interno, Getúlio Vargas deflagrou um golpe de Estado em novembro de 1937, dando origem a ditadura do Estado Novo e a ulterior perseguição e extinção de grupos políticos e paramilitares estabelecidos no país. Na esfera diplomática, estimulado pelas conferências pan-americanas, o presidente prescreveu tratados com os EUA e enviou, no início de 1939, o Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, para cooptar apoio e recursos norte-americanos<sup>20</sup>.

Vágner Alves constata que, em variadas ocasiões, principalmente entre 1938 e 1944, Aranha esboçou a intenção brasileira de auxiliar os “ianques” em seu arquétipo de

---

<sup>17</sup> Ibid., p. 30-37. Ana Maria Dietrich investiga a atuação do partido nazista no Brasil, que, composto por cerca de 2900 integrantes, foi regulado por protocolos do III<sup>o</sup> Reich. Cf. DIETRICH, Ana Maria. **Nazismo tropical? O partido nazista no Brasil**. 301 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, USP, Programa de Pós-graduação em História Social - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2007.

<sup>18</sup> Ibid., p. 55.

<sup>19</sup> MINELLA, op. cit., p. 130.

<sup>20</sup> Exitoso em sua tarefa, Aranha viajou à Washington (EUA) e convenceu George Marshall, Chefe do Estado-Maior do Exército norte-americano, a conhecer o Brasil. Por conseguinte, o militar visitou o Rio de Janeiro, em junho de 1939, e, quando partiu, levou consigo uma Missão Militar para conhecer os mecanismos de defesa terrestre e naval de seu país. LINS, Maria de Lourdes Ferreira. **A Força Expedicionária Brasileira: uma tentativa de interpretação**. São Paulo: Editora Unidas Ltda, 1975, p. 40-41.

potência mundial, em troca do apoio destes para impor a supremacia do Brasil no perímetro sul-americano.

Conforme a prática na condução da política externa brasileira, essa orientação era descrita por Aranha como uma tradição, legada principalmente pela chancelaria do Barão do Rio Branco. Inserida no governo Vargas, tal política devia auxiliar os projetos do governo que buscavam centralizar e modernizar o Estado e industrializar o país<sup>21</sup>.

No palco das relações internacionais, os países da América Latina ampliaram o sistema de consultas criado em Buenos Aires, durante a VIIª Conferência Internacional de Lima, sucedida em dezembro de 1938, e propuseram a

[...] reafirmação do princípio de solidariedade continental, o que significa a adoção do princípio da segurança coletiva; defesa continental contra ameaças externas; reunião não-protocolar e urgente dos ministros das Relações Exteriores quando uma situação, continental ou extracontinental, o exigir; não-reconhecimento das aquisições territoriais realizadas por intermédio da coerção ou força; rejeição do conceito de minoria étnica, linguística ou religiosa<sup>22</sup>.

Todavia, contrapondo-se ao pacto de intercâmbio coletivo, o ministro argentino, José Maria Cantilo, mesmo favorável ao mecanismo de consulta internacional, refutou a tentativa de continentalização da Doutrina Monroe, defendida por Oswaldo Aranha na Conferência peruana<sup>23</sup>.

Ainda assim, no início de 1939, Estados Unidos e o Brasil firmaram o Ato de Acordo Comercial Recíproco, que, para Frank McCann, assegurava o desejo de Roosevelt em manter a supremacia comercial no mercado brasileiro e pretendia reabrir os canais de escoamento dos excedentes agrícolas e industriais estadunidenses<sup>24</sup>. Ademais, em 09 de março de 1939, foram assinados cinco acordos entre os dois países, na qual se destaca a criação de um Banco Central do Brasil, facilitado pelo empréstimo de 50 milhões de dólares pelos EUA, e um tratado sobre o fornecimento de créditos para importação de produtos americanos<sup>25</sup>.

---

<sup>21</sup> ALVES, Vágner Carmilo. *Ilusão desfeita: a "aliança especial" Brasil Estados-Unidos e o poder naval brasileiro durante e após a Segunda Guerra Mundial*. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. 48 (1): 151-177 [2005], p. 1.

<sup>22</sup> LINS, op. cit., p. 153.

<sup>23</sup> MINELLA, op. cit., p. 178.

<sup>24</sup> MCCANN, Frank D. **A aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-1945**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995, p. 126.

<sup>25</sup> O comando norte-americano comprometeu-se também em enviar técnicos agrícolas ao Brasil. Já o governo brasileiro assumiu o favorecimento de capitais estadunidenses e o restabelecimento do serviço de dívidas em dólares a partir de 1º de julho de 1939. O acordo para o pagamento da dívida externa, no entanto, só foi realizado com a assinatura de um acordo em 25 de março de 1940. SEITENFUS, op. cit., p. 189.

## **Estado de beligerância e o avanço da coalizão dos Estados Unidos**

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, instaurada pela invasão da Alemanha à Polônia, em 1º de setembro de 1939, Inglaterra e França declararam beligerância aos nazistas. Logo, diante do perigo externo, os estadistas “ianques” estabeleceram a solidariedade militar no entorno das três conferências reunidas com os Ministérios das Relações Exteriores americanos. Foram elas: a Conferência do Panamá, ocorrida entre 23 de setembro e 03 de outubro de 1939; a Convenção de Havana, sediada em Cuba, de 21 a 30 de julho de 1940, e a IIIª Reunião de Consulta dos Chanceleres das Repúblicas Americanas, promovida na cidade do Rio de Janeiro, entre os dias 15 e 28 de janeiro de 1942.

A princípio, estimulada pela situação de conflagração internacional, foi assinada, na Conferência do Panamá, a Declaração de Neutralidade das águas territoriais<sup>26</sup> e discutidas “questões relativas à aplicação da neutralidade do Novo Mundo; [...] a proteção da paz no hemisfério ocidental; [...] [e] a cooperação econômica continental, para fazer face aos [...] desarranjos da economia mundial”<sup>27</sup>.

O posicionamento “neutralista” de Vargas, contudo, aproximava-se das concepções alemãs, antagonizando a tática inglesa e norte-americana. Márcio Vieira observa que

Tanto alemães quanto franceses e britânicos concordavam com a neutralidade americana, porém em diferentes termos. A neutralidade defendida pela Alemanha previa a continuação do comércio além das fronteiras europeias, posição defendida pela Argentina e, em documento divulgado estabelecendo os termos da neutralidade, pelo Brasil. Ora, os britânicos pretendiam controlar as comunicações entre os continentes, utilizando sua poderosa frota marítima, decisão que pretendia isolar os alemães. Essa interpretação era aceita pelos EUA. Dessa forma, as posições do Brasil e EUA divergiam<sup>28</sup>.

No seio do *front* beligerante ocidental, após invadir a França, em maio de 1940, os germânicos bombardearam a Inglaterra, assim como, através de sua frota submarina, afundaram navios mercantes abastecidos na América do Norte, que transportavam recursos para o auxílio inglês. Sem demora, no mês de outubro de 1940,

---

<sup>26</sup> A Declaração de Neutralidade das águas territoriais foi fixada no Brasil através dos decretos nº 1.561, de 04 de setembro de 1939, e 4.623 e 4.624, de 05 de setembro de 1939. SANDER, Roberto. **● Brasil na mira de Hitler: a história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, p. 23.

<sup>27</sup> SEITENFUS, op. cit., p. 168.

<sup>28</sup> VIEIRA, Márcio José. **A Atuação de Oswaldo Aranha no Processo de Engajamento do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Estados Unidos**. 84 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Católica de Brasília, UCB, Pró-reitoria de Graduação, Brasília, 2007, p. 55.

os italianos ocuparam alguns países norte-africanos e balcânicos, abrindo o palco de embates no mar Mediterrâneo<sup>29</sup>.

O domínio do Norte da África pelas tropas ítalo-alemãs, além da autorização do presidente da França, general Philippe Petáin, para que os nazistas instalassem bases aéreas e portuárias na cidade de Dakar, colônia francesa de Senegal, despertou a apreensão dos “ianques” sobre uma possível invasão ao território americano<sup>30</sup>.

Imediatamente, o secretariado dos EUA criou medidas bilaterais para a recuperação e desenvolvimento das economias latino-continentais, que foram implementadas pelo *Office for Inter-American Affairs* (OCIAA), fundado em 16 de agosto de 1940, e pelo *Inter-American Development Comission* (IADC).

Subordinado ao Conselho de Defesa Nacional estadunidense, o *Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations Between the American Republics* (OCCCRBAR), posteriormente chamado de OCIAA, assentou sua sede no Rio de Janeiro aspirando recuperar as economias latino-americanas, reduzir a influência do “Eixo” no plano internacional e produzir programas educacionais, culturais e midiáticos que promovessem valores dos Estados Unidos<sup>31</sup>.

Gerson Moura infere que, a partir de 1941, as articulações do “Birô” obedeceram a um planejamento meticuloso de penetração ideológica e conquista de mercado, através da coordenação de agências estatais e privadas e compra de expedientes de produção e materiais estratégicos<sup>32</sup>.

Analogamente, o IADC, nascido de um organismo idealizado na Conferência do Panamá, encarregou-se de estudar, compilar informações e implementar o desenvolvimento econômico de 21 repúblicas americanas, mediante o fomento das exportações das repúblicas latino-americanas para os Estados Unidos e a expansão das operações comércio-industriais entre as jurisdições do continente<sup>33</sup>.

Devido à derrota francesa e holandesa no confronto europeu, em meados de 1940, foi deliberada, na Convenção de Havana, a solidariedade continental pelos chefes de Estado-Maior do Exército dos comandos latino-americanos<sup>34</sup>.

Para Gerson Moura, a neutralidade e solidariedade hemisférica propagada pelos Estados Unidos

[...] tinha uma natureza claramente anti-Eixo. Tratava-se de um instrumento

<sup>29</sup> FERRAZ, op. cit., p. 13.

<sup>30</sup> Ibid., p. 13.

<sup>31</sup> MOURA, op. cit., 1984, p. 9-12.

<sup>32</sup> Ibid.

<sup>33</sup> Ibid.

<sup>34</sup> VIEIRA, op. cit., p. 62.

tático empregado por Roosevelt como parte de sua política voltada a construir os Estados Unidos como Grande Potência, face a um rival que detinha aspirações semelhantes. [...]. Impedido pela opinião pública estadunidense e pela atitude do Congresso de desempenhar um papel na política europeia durante os anos trinta, Roosevelt abriu avenidas de ação na América Latina e forjou a unidade do continente sob sua liderança<sup>35</sup>.

Entretanto, mesmo que os EUA almejassem a aliança brasileira, Roberto Sander e Gerson Moura demonstram que, entre a eclosão da Segunda Guerra Mundial e o início de 1942, Getúlio Vargas aproveitou-se da instabilidade política externa para obter vantagens comerciais, ora aproximando-se da Alemanha nazista, ora negociando com os norte-americanos<sup>36</sup>.

Frente ao grande interesse do Brasil em diversificar sua produção, obter máquinas e armamentos, e do governo alemão em adquirir produtos como algodão e café<sup>37</sup>, os EUA aprovaram, em setembro de 1940, o envio de auxílio técnico e financeiro ao Brasil e ratificaram a construção de uma usina siderúrgica na cidade de Volta Redonda, Rio de Janeiro<sup>38</sup>. No mês seguinte, com o intuito de adotar medidas de defesa comum, os dois poderes criaram a Missão Militar Mista<sup>39</sup>.

Contribuindo para liquidar o comércio bélico e de víveres elementares teuto-brasílicos no âmbito econômico externo, o bloqueio naval imposto pela Inglaterra à Alemanha, a partir de 1940, ampliou a negociação de tratados entre os EUA e Brasil<sup>40</sup>. Além disso, o ataque japonês a base de Pearl Harbor, em 07 de dezembro de 1941, mobilizou a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial e levou o país a

<sup>35</sup> MOURA, op. cit., 2002, p. 47.

<sup>36</sup> SANDER, op. cit., p. 23 e MOURA, op. cit., 1984, p. 28.

<sup>37</sup> O governo alemão, através do Plano Schacht, exerceu um controle do Estado sobre o comércio exterior, contrariando a política comercial inglesa e norte-americana. O Brasil, nesse quadro, formalizou sua relação comercial com a Alemanha em junho de 1936, através do Novo Plano, que propôs o fornecimento anual de cerca de 60 mil toneladas de algodão e 96 mil de café, porém proibiu a reexportação dos artigos sem autorização. SEITENFUS, op. cit., p. 19 e 24.

<sup>38</sup> Ibid., p. 16 e 19. Roberto Sander indica que o *Export-Import Bank of the United States (Exim Bank)* realizou um empréstimo de 20 milhões de dólares para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), fundada oficialmente em 09 de abril de 1941. SANDER, op. cit., p. 43. Frank McCann ratifica que os planos de conclusão das obras da usina eram estimados para 1944, mas, “em virtude das carências de tempo de guerra, dificuldades de construção e a burocracia em ambos os países, a produção só começou em 1946”. MCCANN, op. cit., p. 164.

<sup>39</sup> O chefe da Comissão, tenente-coronel Lehman W. Miller, reuniu-se com líderes militares brasileiros e expôs uma lista de armamentos que poderiam ser fornecidos ao Brasil. MOURA, op. cit., 1984, p. 69 e 73.

<sup>40</sup> No final de 1940, os britânicos aprisionaram o cargueiro brasileiro Siqueira Campos, carregado com peças de canhões *Krupp* alemão. Opondo-se a liberação da embarcação, as autoridades inglesas afirmaram que abrir uma exceção para o Brasil implicava em uma desmoralização ao bloqueio marítimo e o fortalecimento da ala germanófila do governo varguista. Assumindo o papel de “conciliador”, o Departamento de Estado norte-americano, entretanto, conseguiu liberar o barco em 15 de dezembro de 1940, através de uma intimidação psicológica e pressão confederativa. NETO, Lira. **Getúlio. Do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 395-396.

evocar a IIIª Reunião de Consulta dos Chanceleres das Repúblicas Americanas, assentada na cidade do Rio de Janeiro, entre os dias 15 e 28 de janeiro de 1942<sup>41</sup>.

Relutando muitas vezes à incorporação estadunidense, Getúlio Vargas objetou em seu posicionamento contrário a Alemanha, uma vez que, na imprensa, o presidente emitiu protestos diplomáticos visando a manutenção de um “estado de paz”, o que não foi suficiente para manter-se neutro diante do conflito<sup>42</sup>.

Nessa perspectiva, Roberto Sander e Maria Lins ressaltam que existiu uma acirrada disputa político-ideológica para prevalência da solidariedade continental e o apoio aos EUA na IIIª Reunião dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas<sup>43</sup>. Apesar das contraposições, no dia 28 de janeiro de 1942, Vargas anunciou o rompimento das relações diplomáticas com o “Eixo”, ou seja, Alemanha, Itália e Japão.

Dando continuidade aos conchavos, Ricardo Seitenfus aponta que, ao fim da Reunião, foi firmada a defesa continental e foram adotadas resoluções econômicas como o aumento das relações comerciais interamericanas, o desenvolvimento da produção de material estratégico e de base, a manutenção da segurança das vias de transporte no hemisférico e, por fim, o aumento dos investimentos mútuos e rompimento das relações financeiras com o “Eixo”<sup>44</sup>.

Do mesmo modo, com a crise do comércio mundial, agravada pela instabilidade e fechamento do mercado europeu, seis países latino-americanos deliberaram novos acordos com Washington nos primeiros meses de 1942, como a divisão de cotas fixadas no mercado subsistente<sup>45</sup>.

Nessa conjuntura, em janeiro de 1942, os Estados Unidos lograram a aprovação do governo de Vargas em instalar bases militares navais e aéreas na região Norte e Nordeste, que desde meados de 1941 já transitavam materiais estratégicos e militares

---

<sup>41</sup> Esteve presente na Reunião as delegações de 21 repúblicas continentais. SANDER, op. cit., p.23.

<sup>42</sup> CARVALHO, Virgínia Guimarães. **Ex-combatentes do Brasil: entre História e a Memória (1945-2009)**. 120 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Programa de Pós-graduação em História, Recife, Brasil, 2009, p. 26.

<sup>43</sup> SANDER, op. cit., p.31. Maria Lins explicita que nem todos os países aderiram à solidariedade continental, insistindo na posição de neutralidade. Chile e Argentina, por exemplo, só romperam as relações diplomáticas com as potências do “Eixo” em 1943 e 1944, respectivamente, e, até o início de 1945, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Chile, Equador e Argentina não declararam beligerância. LINS, op. cit., p. 39.

<sup>44</sup> SEITENFUS, op. cit., p. 275-276.

<sup>45</sup> CARONE, Edgar. **Estado Novo (1937-1945)**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1988, p. 32. Ricardo Seitenfus atesta que, a partir de maio de 1941, Washington estipulou a quota anual das compras de material estratégico do Brasil, disposto em “quinhentos mil toneladas de manganês, cem mil de bauxita, seis mil de cromo, 1,6 de berilo, 0,6 toneladas de níquel e trezentos mil quilates de diamantes industriais”. SEITENFUS, op. cit., p. 240.

para as potências “Aliadas”<sup>46</sup>. Leslie Bethell revela que, além da concessão das bases aéreas, o país também colaborou com o fornecimento de matérias-primas como borracha e minério de ferro, diamantes industriais, manganês, níquel e areia monazítica, do qual se extraía urânio e tório, minerais estes cruciais para o programa atômico norte-americano<sup>47</sup>.

Ademais, em virtude do acordo militar firmado em 23 de maio de 1942, foram criadas duas comissões conjuntas: a *Joint Brazil United States Defense Commission* – JBUSDC (Comissão Conjunta de Defesa Brasil-EUA), que, situada em Washington<sup>48</sup>, teve o objetivo de promover a melhoria equipamentária das forças armadas brasileiras e sancionar normas de solidariedade mútua entre o Brasil e os Estados Unidos, especialmente na defesa do Norte e Nordeste Brasileiro<sup>49</sup>; e a *Joint Brazil United States Military Commission* – JBUSMC (Comissão Militar Conjunta Brasil-EUA), também conhecida como Missão Militar Mista, edificada no Rio de Janeiro capital<sup>50</sup>.

Dentro das normas outorgadas pelas comissões, o governo varguista encarregou-se de intensificar o serviço de saneamento nas zonas operacionais, e amplificar sua indústria agrícola, fabril e extrativa, de modo a fornecer volumes maiores de materiais e artefatos úteis em tempos de guerra aos norte-americanos<sup>51</sup>. Da mesma forma, os “ianques” imbuíram-se de conceder recursos bélicos para o aparelhamento e desenvolvimento da indústria militar e setores defensivos brasileiros<sup>52</sup>.

Ao longo do ano de 1942, entretanto, submarinos da frota alemã efetuaram

---

<sup>46</sup> FERRAZ, op. cit., p. 15 e 36. Decorrente ao pacto EUA-Brasil, em 1941, o governo brasileiro rescindiu contrato com as empresas aéreas Condor, alemã, e LATI (*Linee Aeree Transcontinentali Italiane*), que dominavam as rotas da aviação comercial brasileira e da América do Sul, e concedeu à companhia aérea norte-americana, Panair, o aparelhamento de aeroportos em cidades costeiras como Belém, São Luís, Fortaleza, Natal, Recife. LINS, op. cit., p. 43.

<sup>47</sup> BETHELL, Leslie. *Brasil*. In: BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian. (orgs.). **A América Latina - Entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 66.

<sup>48</sup> A JBUSDC iniciou seu trabalho em 25 de agosto de 1942, no edifício *Federal Reserve Bank* em Washington. LINS, op. cit., p. 45.

<sup>49</sup> SEITENFUS, op. cit., p. 281.

<sup>50</sup> OLIVEIRA, Dennison de. *Relações internacionais militares Brasil-EUA na Segunda Guerra Mundial: o caso das comissões militares conjuntas*. In: **Anais eletrônicos do XXVIII Simpósio nacional de História. Lugares dos historiadores velhos e novos desafios**, 2015, Florianópolis. Anais eletrônicos. Florianópolis: ANPUH, p. 1-11, 27-31 jul. 2015, p. 1. Disponível em: <[http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427756986\\_ARQUIVO\\_RelacoesBrasilEUA.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427756986_ARQUIVO_RelacoesBrasilEUA.pdf)>. Acesso em: 11 jul. 2018.

<sup>51</sup> Após a segunda metade de 1942, foram realizados vários projetos de saúde e saneamento e articulado um programa de abastecimento de alimentos. Dentre os convênios destaca-se o Programa Econômico Básico, que foi vinculado ao Escritório do Coordenador e Diretoria de Bem-Estar Econômico norte-americano. MCCANN, op. cit., p. 312-313.

<sup>52</sup> *Ibid.*, p. 168-169. Dentre os acordos estabelecidos para o fornecimento de armas e munições ao Brasil, sobrepõe-se a concessão de US\$ 200 milhões, com base na Lei de Arrendamento e Empréstimos (*Lend-Lease*), até 1º de janeiro de 1948. A divisão dos recursos foi distribuída entre US\$ 100 milhões para o Exército, US\$ 50 milhões para Marinha e US\$ 50 milhões para a Aeronáutica. SANDER, op. cit., p. 42 e 90.

diversos ataques e afundamentos de embarcações que trafegavam pela costa brasileira. Ou seja, mesmo declarando-se neutro na IIIª Reunião de Consulta dos Chanceleres das Repúblicas Americanas, a decisão de Vargas estimulou reações contrárias de Adolf Hitler que, além de tentar bloquear o fornecimento de insumos aos Estados Unidos, desejou “isolar ao máximo a União Soviética dos seus aliados, que ficaria impedida de receber, através das rotas marítimas, qualquer tipo de auxílio”<sup>53</sup>.

Face aostorpedamentos, intensificados ao longo de 1942, parte da população brasileira partiu para as ruas solicitando a entrada do país no confronto ao lado dos “Aliados”. Em decorrência, Getúlio declarou guerra aos países do “Eixo” em 31 de agosto de 1942, e, no mês seguinte, decretou a mobilização geral das unidades militares nacionais, iniciando-se a convocação reservistas e civis para contribuírem com o “esforço beligerante”<sup>54</sup>.

Delineando a esfera pactual, foi enviada ao Brasil, em setembro de 1942, uma missão técnico-econômica americana, liderada por Morris Llewellyn Cooke, para estudar as condições existentes na indústria brasileira e as possibilidades de potencializá-la. Não obstante, Gerson Moura pontua que a motivação subsidiária da junta consistiu na necessidade aliviar a pressão sobre o transporte marítimo norte-americano, mediante a substituição de importações, e, possivelmente, transferir para o país o equipamento industrial já obsoleto nos EUA, porém com utilidade na indústria brasileira, até então menos desenvolvida<sup>55</sup>.

Ainda em setembro de 1942, buscando de minimizar os efeitos da conflagração total no Brasil, combater o nazi-fascismo e promover uma interação cultural, política e econômica entre as duas nações, foi conduzida ao Brasil outra delegação norte-americana, chefiada por Nelson Rockefeller. Segundo Roberto Sander, o emissário pautou-se pelo aumento da produção de mercadorias essenciais, pela adaptação das indústrias locais ao uso de substitutos de matérias-primas, pelo melhoramento dos transportes, e, por fim, pelo fortalecimento da economia industrial brasileira<sup>56</sup>.

---

<sup>53</sup> Ibid., p. 51. Não há consenso a respeito do número exato dos navios atacados. O veterano Gentil Palhares, em seu relato memorialístico, estima que foram cerca de “31 navios mercantes e 1 de guerra, acarretando na morte de 374 tripulantes e 398 passageiros, inclusive crianças e velhos”. PALHARES, Gentil. **De São João del-Rei ao vale do Pó**. São João del-Rei: Gráfica do Diário do Comércio, 1951, p. 134. Roberto Sander defende que “no total, 34 embarcações brasileiras foram torpedeadas durante a Segunda Guerra Mundial, o que causou a morte de 1.081 pessoas, a maioria civis inocentes”. SANDER, op. cit., p. 307.

<sup>54</sup> Cf. BRASIL. Decreto-lei nº 10.358 de 31 de agosto de 1942 e Decreto-lei nº 10.451, de 16 de setembro de 1942.

<sup>55</sup> Ainda assim, a “Missão Cooke” produziu relatórios sobre as necessidades e potencialidades das indústrias do Brasil, sugerindo medidas para incrementar sua produção bélica. MOURA, op. cit., 1984, p. 64-65.

<sup>56</sup> SANDER, op. cit., p. 266.

No plano geopolítico dos conflitos armados em curso, após a derrota alemã na Batalha de Stalingrado, em fevereiro de 1943, as nações “Aliadas” notaram que poderiam vencer o confronto. Os Estados Unidos, nesse cenário, fortaleceram o seu papel hegemônico no âmbito político-econômico internacional<sup>57</sup>.

Roney Cytrynowicz, por exemplo, menciona que, no mês de maio de 1943, a Coordenação de Mobilização Econômica brasileira impôs a comunicação direta dos escritórios do Setor da Produção Industrial do país com a Comissão de Controle dos Acordos de Washington. Desta forma, os norte-americanos garantiram a compra de gêneros como o mentol, castanha-do-pará, sementes oleaginosas e amêndoas de cacau<sup>58</sup>.

Militarmente, no dia 28 de janeiro de 1943, Getúlio Vargas reuniu-se com o presidente Franklin Roosevelt em Natal, Rio Grande do Norte, para firmar a posição brasileira como nação pró-aliada, além de garantir o fornecimento de armamentos ao Brasil e oficializar o envio de uma Força Expedicionária ao *front* europeu<sup>59</sup>.

Diante das discussões, os generais George Marshall e Estevão Leitão de Carvalho, representantes da Comissão Militar Mista Brasil-EUA, oficializaram, em 19 de abril de 1943, a cooperação militar entre os dois países e o apoio às forças brasileiras no Teatro de Operações europeu<sup>60</sup>.

Subsequentemente, em agosto de 1943, deliberou-se a constituição da Força Expedicionária Brasileira (FEB)<sup>61</sup>, que, transportada para a Itália no ano seguinte, foi aparelhada, sob supervisão do *Brazilian Liaison Detachment* – BLD (Destacamento de Ligação), e incorporada ao 5º Exército norte-americano, comandado pelo general Mark Clark<sup>62</sup>.

## Considerações finais

<sup>57</sup> BETHELL, op. cit., p. 24.

<sup>58</sup> CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial**. 2ª ed. São Paulo: Geração Editorial, 2002, p. 391.

<sup>59</sup> CARVALHO, op. cit., p. 131. Poucos dias após a Reunião, o governo brasileiro outorgou a Carta do Atlântico e foi integrado às Nações Unidas. MOURA, op. cit., 2012, p. 129.

<sup>60</sup> BRAYNER, Floriano de Lima. **A verdade sobre a FEB: Memórias de um Chefe de Estado – Maior na Campanha da Itália**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 64 e 93.

<sup>61</sup> O deferimento para a constituição da Força Expedicionária Brasileira foi emitido em 09 de agosto de 1943. LINS, op. cit., p. 55.

<sup>62</sup> A FEB, atuando conjuntamente com o 8º Exército Britânico e efetivos do IVº Corpo de Exército, chefiado pelo general Willis Crittenberger, subordinado ao 5º exército norte-americano, foi empregada nas operações *Olive* (agosto a dezembro de 1944), *Encore* (fevereiro a março de 1945) e *Grapeshot* (abril a maio de 1945), para combater as forças nazistas estacionadas na região da Linha Gótica italiana. SAVIAN, Elonir José. **Dois Apeninos aos Alpes: A Força Expedicionária Brasileira e o XV Grupo de Exércitos na campanha da Itália**. Resende: E. J. Savian, 2016, p. 9.

Embora exista uma variabilidade de estudos que abordem os ganhos e perdas brasileiros na conjuntura de entreguerras e beligerância, e a hegemonia política e econômica dos Estados Unidos sobre o Brasil, prevalece ainda o consenso de que os dois fenômenos foram concomitantes.

Nesse sentido, no cenário pretérito ao embate global, os EUA temiam o avanço diplomático europeu sobre a América Latina, em virtude dos progressivos trâmites realizados pela Alemanha nazista, que, através do comércio compensado, negociava elementos vitais com as nações continentais<sup>63</sup>.

Apesar das dificuldades encontradas em fixar acordos nas conferências pan-americanas, o governo estadunidense tratou de fortalecer o liberalismo e a democracia como modelo, visando recuperar a troca de mercadorias no comércio internacional, e manter a solução pacífica das dissensões estatais, aderindo aos princípios de soberania nacional. Em síntese, estes objetivos foram compilados nos programas de solidariedade hemisférica<sup>64</sup>.

Com a deflagração da Segunda Guerra Mundial, e, em virtude das vitórias iniciais do “Eixo” em várias partes do mundo, foram restringidas as alternativas estadunidenses de adquirir materiais estratégicos no mercado internacional e ampliadas as possibilidades de ocorrer uma invasão nazista em terras latino-americanas. Desta forma, os governantes norte-americanos fortaleceram o vínculo e incentivaram o comércio e a indústria continental<sup>65</sup>.

Em relação ao Brasil, os “ianques” enfrentaram avanços e recuos no estabelecimento de contratos econômicos e políticos até o ano de 1942, quando o país rompeu as relações diplomáticas e declarou guerra às potências do “Eixo”. A partir de então, houve a consolidação do projeto de construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda, e foi firmado o exclusivismo comercial e despacho de itens estratégicos para os EUA. Além disso, ocorreu a concessão das bases militares nas regiões Norte-Nordeste brasileiras para o deslocamento de homens ao continente africano, contribuindo para o ingresso definitivo do Brasil na batalha.

Seguindo a linha interpretativa de Gerson Moura, a penetração norte-americana no universo sociocultural e econômico brasileiro se deu por um processo de negociação, e

---

<sup>63</sup> No início da década de 1930, a Alemanha nazista ampliou o comércio com os países latino-americanos, principalmente com a Argentina e o Brasil. Hitler emergiu no cenário internacional como uma alternativa à dominação imperialista anglo-saxônica, dispensando a política comercial da libra e do dólar. SCHILLING, op. cit., p. 37.

<sup>64</sup> MOURA, op. cit., 1984, p. 24.

<sup>65</sup> Ibid., p. 19-20.

não de coerção, e permitiu a realização de empréstimos crediários, de armamento e o intercâmbio cultural em troca de aliança hemisférica e futuros ganhos no pós-guerra<sup>66</sup>.

Contudo, em 1945, Roosevelt passou a limitar os mecanismos de sustentação econômico-militar do Brasil, reduzindo as expectativas varguistas do país se tornar uma “potência associada” e de assumir um importante posicionamento internacional no cenário pós-beligerante. Na prática, o Brasil, no término dos combates, não atingiu sua independência econômica e nem um desenvolvimento em larga escala.

---

<sup>66</sup> Ibid., p. 169.